

FORMAS SOCIAIS DE DESENVOLVIMENTO DA HORTICULTURA
ORGÂNICA FAMILIAR EM ÁREAS DE CINTURÃO VERDE DO
TERRITÓRIO DE IBIÚNA, ESTADO DE SÃO PAULO¹

*Stéphane Bellon*²

*Lucimar Santiago de Abreu*³

RESUMO

O desenvolvimento da agricultura orgânica (AO) no Brasil tem múltiplas formas. Além de um nicho de mercado ou de uma oportunidade de exportação, consiste numa prática social alternativa, que recria espaços de produção e novas relações entre produtores, mercado e consumidores. Por meio de suas experiências com a AO, em uma comunidade próxima a três metrópoles, horticultores familiares de Ibiúna, SP, criaram entidades coletivas e experimentaram novas práticas sociais. No estudo, mostrou-se como esses minifúndios foram organizados para desenvolver agricultura orgânica e responder a diversos objetivos. Com base nas entrevistas e nas observações de campo, foram consideradas as formas concretas de organização e de desenvolvimento da agricultura orgânica. No primeiro momento, foi apresentado um quadro teórico desse estudo sobre os desafios da agricultura orgânica em Ibiúna. Em seguida, descreveu-se o universo da pesquisa e caracterizou-se o desenvolvimento da agricultura orgânica como projeto social, o qual estabelece interações entre a economia e o meio ambiente no território de Ibiúna. Na terceira parte, foram identificadas as quatro formas sociais de organização, a dinâmica de funcionamento, os valores sociais e os culturais e suas inter-relações. Enfim, foram discutidos os elementos suscetíveis de garantir a reprodução social e de fortalecer novas vias de desenvolvimento.

Termos para indexação: horticultura orgânica, formas de organização, pequenos produtores, periurbana.

¹ Artigo originalmente publicado sob o título *Formes d'organisation de maraîchers biologiques périurbains de São Paulo*, no periódico *Cahiers d'études et de recherches francophones / Agricultures*. Volume 14, Numéro 1, 144-148, janvier-février 2005.

² Engenheiro agrônomo, Doutor em Agronomia, pesquisador do Institut de la Recherche Agronomique/Sciences pour l'action et le Développement (Inra/Sad), Domaine Saint Paul, Site Agroparc, 84914 Avignon cedex 9 France. bellon@avignon.inra.fr

³ Engenheira agrônoma, Doutora em Sociologia, pesquisadora da Embrapa Meio Ambiente, Rodovia SP 340 Km 127,5, Caixa Postal 69, 13820-000 Jaguariúna, SP. lucimar@cpma.embrapa.br

S. Bellon e L. S. de Abreu

FORMES D'ORGANISATION DE MARAÎCHERS BIOLOGIQUES PÉRIURBAINS DE SÃO PAULO

RÉSUMÉ

Le développement de l'agriculture organique (AO) au Brésil prend des formes multiples. Plutôt que d'un marché de "niche" ou d'une opportunité d'exportation, ne s'agit-il pas d'une pratique sociale alternative recréant des espaces de production et de nouveaux liens entre producteurs, marchés et consommateurs? Au travers de leur expérience de l'agriculture organique, dans une communauté proche de trois métropoles, de petits maraîchers d'Ibiúna (São Paulo) créent des entités collectives et expérimentent de nouvelles pratiques sociales. Nous montrons dans ce étude comment ces minifundios se sont ou ont été organisés pour développer l'AO et répondre à divers objectifs. A partir d'entretiens et d'observations sur le terrain, nous rendons compte de formes d'organisation concrètes du développement de l' agriculture organique. Nous présentons d'abord le cadre théorique de notre analyse des enjeux de l'agriculture organique à Ibiúna. Ensuite, nous décrivons l'univers de cette recherche et caractérisons le développement de l'agriculture organique comme projet social, avec des interactions entre économie et environnement dans le territoire d'Ibiúna. Dans une troisième partie, nous identifions quatre formes sociales d'organisation, leurs dynamiques, leurs valeurs et leurs inter-relations. Enfin, nous discutons des éléments susceptibles de sécuriser leur reproduction sociale et de soutenir de nouvelles voies de développement.

Termes d'indexation: maraichage biologique, formes d'organisation, petits producteurs, peri-urbain.

ORGANIZATION OF ORGANIC FARMERS IN A PERI-URBAN AREA OF SÃO PAULO

ABSTRACT

Organic farming (OF) is increasingly considered as a possible alternative for designing a "new rural" in Brazilian communities, where organic farming covers a wide range of production and certification systems. However, the ways small farmers adopt organic farming in "green belts" to conquest a urban demand in organics have not been investigated extensively. We explored this issue with a case study in the wide community of Ibiúna, located close to three main cities of São Paulo state. This survey shows how small farmers were organised or organise themselves to meet urban demands and develop organic production. Based on secondary data, we identified the number and location of organic farmers in Ibiuna. We conducted interviews with farmers, technical and political officers, organic inspectors and leaders from various producers

associations. In a first stage we introduce our theoretical framework, based on the characterisation of social forms of organisation, their dynamics and relations. Catholic church initiatives in the late 80's led to generate a strong link between small farmers and citizens from poor communities of São Paulo. The structuring effect of an enterprise created in the early 90's is still prevalent, and it has been a constant reference for all stakeholders interviewed. Secondly, we describe the universe of this research and describe the development process of organic farming as a social project, with economic and environmental interactions in Ibiúna. This territory has a multiple status: it is valued as a resort for citizens and for tourist activities; it also contributes to water supply in close metropolis. Tension appears between the consequences of human activities on soil or water resources and higher expectation in terms of environmental quality. Thirdly, we analyse the development of various organisations forms and initiatives, dedicated to organic production and distribution. Today, we can identify four (04) basic forms of social organisation that express *a priori* different concepts about the market and the organic farming. We propose a comprehensive description of the forms encountered. The association related with catholic church presently includes over 50 farmers, but only two of them are formally certified in Organic farming. The enterprise made a significant number of producers convert to organic farming, including 70 farmers in the same micro-basin whose production is now clearly identified in cities supermarkets. However, problems arised and two derived forms of producers organizations emerged: an organic farmers association and a section created within a cooperative. They are consistent with specific marketing channels and certification processes. Although they share some objectives, namely in visual "quality" of products and "right price" for both producer and consumer, differences appear in their magnitude and internal operation, their values and relations with consumers, their technical and environmental contents. Finally, we introduce elements likely to secure the social renewal of farmers groups and discuss the way they can face risks, overcome difficulties and sustain new avenues for development.

Index terms: small-scale horticultural organics, forms of organization, peri-urban.

INTRODUÇÃO

No Brasil, vários estudos comprovam a revitalização das sociedades locais a partir da diversificação das atividades econômicas e do reconhecimento de outras dimensões da agricultura (CARNEIRO, 1997; CAMPANHOLA et al., 2000). A legislação brasileira (BRASIL, 2003) reconhece na agricultura orgânica, doravante denominada AO, outras qualificações (como agroecológica, biológica, biodinâmica, permacultura e outras) (PERVANCHON; BLOUET, 2002) e a considera o fermento de uma agricultura duradoura (DAROLT, 2001).

A agricultura orgânica (AO) representa uma oportunidade de valorização dos produtos agrícolas, principalmente de hortaliças, uma vez que existe demanda por esses produtos frescos, em particular nas metrópoles, onde os preços favoráveis estimulam a expansão da produção (ORMOND et al., 2001).

A produção da Região Sudeste representa 60% da produção orgânica brasileira, que correspondia, em 2003, a mais de 840.000 ha (VARGAS, 2004). A AO também é considerada uma forma de preservação do ambiente, embora esse atributo não seja sempre reconhecido pelo consumidor (KARAM, 2001). Contudo, a adoção da AO em cinturões verdes é objeto de poucas pesquisas no Brasil, com exceção de alguns trabalhos de geógrafos, desenvolvidos em Minas Gerais (TUBALDINI; COELHO, 2002).

A primeira etapa de reconhecimento da AO consistiu na elaboração de normas relativas a produção, transformação, identificação e certificação da qualidade de produtos vegetais e animais. A lei “duplamente orgânica” (BRASIL, 2003) exprime um projeto político para a agricultura familiar, preconiza a integridade cultural das comunidades rurais e reconhece a existência de diferentes sistemas de certificação (FONSECA, 2002). Cerca de 20 organismos realizam auditorias por terceiros (PALLET et al., 2002) e atuam no estado, no país ou internacionalmente. A maioria desses organismos provém do Estado de São Paulo (ORMOND et al., 2001; SOUZA, 2003).

A certificação em grupo permite reduzir muito o custo da certificação para o produtor familiar filiado a uma associação. Sistemas alternativos, como a certificação participativa e a agroecologia política (OLIVEIRA; SANTOS, 2004), são igualmente reconhecidos e integram ambições sociais. A certificação é opcional para os produtores familiares que fazem venda direta, desde que lhes seja possível justificar a rastreabilidade dos produtos (para a fiscalização e para os consumidores), possibilitando livre acesso aos lugares de produção e de transformação (BRASIL, 2003). Conseqüentemente, os produtores da AO devem fazer parte de organizações ou ter um meio de controle social. Como a grande maioria das redes de competência agroecológica já foi identificada (ASSIS, 2002; FEIDEN et al., 2002a), pergunta-se quais seriam as outras formas de organização da AO?

O objetivo deste trabalho é explorar essas vias de desenvolvimento, identificando as formas de organização da AO no mesmo território. Partiu-se da hipótese de que diferentes formas de organização social podem coexistir e

correspondem a diversas interpretações da AO. Analisou-se a forma como os produtores familiares organizam-se para desenvolver várias formas de AO e fortalecer sua capacidade social e de integração ao mercado, dando conta de atender às demandas urbanas. Esses elementos foram estudados no contexto do grande Município de Ibiúna, em virtude da elevada concentração de horticultores orgânicos, característica dessas novas áreas de cinturão verde de São Paulo (UENO, 1985), e também em resposta aos desafios ambientais presentes nesse território (ABREU; BELLON, 2004).

IDENTIFICAÇÃO DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA AO EM IBIÚNA

A análise dessa situação apóia-se no ponto de vista teórico, segundo o qual existem esferas de reprodução socialmente estruturadas e economicamente distintas, nas quais redes sociais articulam entre si, ou se abrangem, mas não se confundem (CARNEIRO, 1997). Essa análise situa-se na interface entre Sociologia Econômica (LAVILLE; LEVESQUE, 2000) e Agronomia Sistemática (LE BAIL, 2004), disciplinas utilizadas simultaneamente para a análise dos dados empíricos.

Considera-se a AO não somente como modo de produção, mas também como prática social (GAUTRONNEAU et al., 1981), que visa renovar as relações entre produtores e consumidores, e estabelece interações com os agentes de certificação. A diferenciação das formas de organização não se faz simplesmente em função da integração econômica a diferentes mercados, mas também pela geração de um conjunto de valores que necessitam ser caracterizados, os quais são desvendados pela análise das interações sociais múltiplas (SEPPÄNEN; HELENIUS, 2004), que podem corresponder a diferentes interpretações da AO. As ações sociais e a orientação econômica desenvolvidas por distintas entidades derivam de uma ordem moral e econômica (WEBER, 1991). Trata-se, então, de compreender como um grupo mobiliza as próprias referências culturais para construir sua identidade perante outros grupos com os quais interage. As identidades e as posições sociais definem-se comparativa e historicamente. Essas conexões sociais entre formas de organização são igualmente objeto de estudo.

A partir de dados secundários, identificou-se o número e a localização dos produtores orgânicos. A maior parte desse conjunto de agricultores localiza-se no território de Ibiúna, na Microbacia do Verava. As entrevistas foram

aplicadas a diferentes atores desse território, tendo-se contado, para tanto, com o apoio de dois técnicos agrícolas, um dos quais trabalha na Casa da Agricultura de Ibiúna e atua diretamente nessa microbacia, enquanto o outro é empregado de uma empresa especializada em AO.

No que diz respeito às organizações de AO, foram realizados encontros com dois responsáveis pelas estruturas de comercialização e com dois presidentes de associações de produtores, que foram entrevistados sobre a dinâmica e o funcionamento da suas organizações. Também foram entrevistados 12 horticultores orgânicos, filiados às quatro distintas formas de organização identificadas. Foram integrados a essa amostra outros três horticultores por organização, que desenvolvem um papel “motor” em relação aos demais membros “comuns”. Participaram também um produtor que havia se filiado a duas organizações e um horticultor convencional, identificado aleatoriamente. Foram investigadas as trajetórias de conversão, as práticas e as relações desses agricultores com os grupos aos quais estão filiados. Por último, foram feitas entrevistas com dois inspetores de organismos de certificação que atuam em Ibiúna. O conjunto das entrevistas foi registrado e, em seguida, efetuou-se o processo de transcrição das fitas.

A descrição de cada forma de organização é constituída por cinco temas: produtor, produção, certificação, comercialização e valores socioculturais.

O CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DA AO EM IBIÚNA

Ibiúna é uma comunidade de múltiplos status e pode ser apresentada como:

- Novo cinturão verde (UENO, 1985), localizado a 70 km de São Paulo, com 13 milhões de habitantes.
- Estação turística, localizada sobre as franjas da Serra de Paranapiacaba.
- Bacia hidrográfica que abastece de água potável os Municípios de Ibiúna e Sorocaba (Fig. 1).
- Possui altitudes entre 840 m e 1.214 m, e clima úmido e moderado. Mais de 40% da superfície total (1.093 km²) está numa reserva de biosfera, constituída da Floresta Atlântica.
- Ibiúna protege as unidades de proteção ambiental, reservas legais e áreas de proteção permanente (AHRENS, 2003).

tanques de “pesque-e-pague”, passeios a pé ou a cavalo em trilhas ecológicas. Essas atividades contribuem para degradar a qualidade e para aumentar a demanda de água, gerando um processo de tensão social, fruto das consequências das atividades humanas sobre os recursos naturais e das demandas em termos de qualidade ambiental, incluindo a paisagem.

O desenvolvimento da horticultura orgânica está ligado, em parte, aos problemas ambientais e econômicos. A degradação da qualidade das águas do Rio Sorocabaçu deu origem a um programa de acompanhamento e de assistência técnica na microbacia hidrográfica do Verava, onde 72 dos 90 horticultores da área estão desenvolvendo AO (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2001). Além disso, o elevado custo dos fatores de produção convencional tornou inviável a atividade para os horticultores, que enfrentam também problemas de comercialização de legumes, apesar da forte demanda das metrópoles próximas de Ibiúna. Portanto, a reprodução das famílias dependentes exclusivamente da agricultura está comprometida, e a AO torna-se uma opção para pequenos produtores. Falta, porém, investigar quais as práticas de organização dos atores sociais em Ibiúna.

QUATRO FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DA COMERCIALIZAÇÃO DE LEGUMES ORGÂNICOS

Produtores de hortaliças iniciaram o processo de conversão para AO sob o impulso de dois projetos coordenados, de um lado, pela Igreja Católica e, de outro, por agrônomos envolvidos com o movimento social ambiental brasileiro. Essa referência histórica, que se percebe em todas as entrevistas conduzidas, permitiu compreender melhor a coexistência das formas de organização. Atualmente, podem ser identificadas quatro formas de organização social, que exprimem diferentes concepções do mercado e de AO.

Uma associação, não certificada, de pequenos produtores ligados à Fundação Campo-Cidade

A Associação dos Pequenos Produtores de Ibiúna (Appri) é ligada à Fundação Campo-Cidade e a iniciativas da Igreja Católica, localizadas em dois bairros periféricos de São Paulo. O projeto desenvolvido por essa fundação consiste em:

Formas sociais de desenvolvimento da horticultura orgânica familiar em áreas de cinturão verde...

- Criar relações de solidariedade entre comunidades rurais e citadinas.
- Obter legumes a preços justos para os produtores e para os consumidores urbanos.
- Preservar a saúde humana e garantir alimentos saudáveis.
- Proteger o ambiente.
- Educar as crianças, preparando-as para a vida profissional no meio rural.

O projeto básico resultou em outros coletivos, orientados para: escola, centro de treinamento e alojamento da Fundação em Ibiúna, galpão de acondicionamento dos produtos e aquisição de um veículo para transportar os legumes. De acordo com o coordenador atual da Appri, a AO teve início no bairro Cachoeira, onde numerosos produtores ainda trabalham na agricultura, mas não desenvolvem a atividade em razão da poluição das águas de irrigação pelas atividades agrícolas convencionais realizadas a montante, o que os impede de produzir segundo as normas da AO (ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA ORGÂNICA, 2004; IFOAM, 2004).

Atualmente, a Appri tem mais de 50 horticultores, que fornecem para mais de 800 famílias organizadas em grupos de compras, além de distribuir seus produtos para outras famílias durante as feiras dominicais realizadas nos pátios de igrejas de São Paulo. De 15 em 15 dias, os produtores fornecem, por família, kits constituídos por 10 kg de produtos diversos. Somente dois produtores da Appri conseguiram a certificação pela AO.

Os grupos de consumidores têm precárias condições socioeconômicas. Visitam periodicamente os produtores da Appri, onde as trocas são igualmente abertas por ocasião de festividades religiosas e culturais, e encontros de confraternização. O conhecimento tradicional desses agricultores também é reconhecido pelos consumidores que utilizam as plantas medicinais produzidas no local. Essa interação campo–cidade distingue-se por reforçar os valores de solidariedade e parceria entre indivíduos de horizontes sociais diferentes.

Uma empresa de poder estruturante

No início dos anos 90, membros do movimento social ambiental criaram uma cooperativa (Coopernatura) para organizar a produção e a comercialização de legumes orgânicos, a qual operava em quatro comunidades vizinhas a Ibiúna.

Um pequeno grupo formado por quatro agricultores que participam de diferentes mercados recebeu apoio e foi incitado a filiar-se à Coopernatura. O objetivo era comercializar seus produtos em 50 lojas de produtos “naturais e integrais” de São Paulo, em 1991. A Coopernatura faliu 3 anos após sua fundação, em decorrência da falta de compromisso dos produtores e da dificuldade de abastecimento regular ao longo do ano. Todavia, dois dos produtores da empresa falida continuaram na atividade e criaram uma nova empresa, da qual são, hoje, os dirigentes.

Em 1994, o objetivo estratégico dessa empresa era ocupar espaços nos supermercados de São Paulo, fornecendo, durante o ano, produtos orgânicos de boa qualidade visual. Mas, segundo o diretor da empresa, “na época, esses legumes orgânicos eram pequenos, feios, tortos e caros”.

Essa empresa comercializa a produção de 130 produtores, dos quais a metade é de produtores da Microbacia do Bairro do Verava. Ela busca ocupar um lugar de destaque no mercado nacional e no externo, por meio da expansão da área de coleta dos produtos para abastecer outros estados, e pelo sistema de certificação (IBD). Hoje, essa produção é claramente identificada nos hipermercados e tem reconhecimento de liderança nesse segmento. A regulação dos fluxos de legumes é assegurada simultaneamente, tanto pela produção quanto pela distribuição no mercado. O contrato que vincula os produtores à empresa é exclusivo, definido com base no planejamento das culturas, elaborado por uma equipe de oito técnicos.

Os fatores de produção, a assistência técnica e a certificação (de grupo) são encargos assumidos pelos produtores. O pagamento aos produtores é realizado apenas se ocorrer a venda efetiva (a mercadoria é entregue pelo sistema de consignação). Segundo indicou a análise das entrevistas com horticultores, verificou-se que os produtores arcam com os custos das perdas ocorridas por ocasião do transporte dos produtos para venda. A lógica comercial predomina na empresa, que mantém uma organização da produção bastante planejada.

Três questões são evocadas a partir das entrevistas realizadas no local. A primeira refere-se aos custos logísticos: quando o raio de ação da empresa amplia-se, esses custos ficam mais elevados para a empresa e, ao mesmo tempo, a capacidade de negociação com os hipermercados diminui com a chegada de concorrentes.

Em segundo lugar, vêm a repartição dos custos da agregação de valor (acondicionamento) e os riscos da atividade, que são julgados desfavoráveis pelos produtores. Esses problemas são agravados pela adoção do contrato de exclusividade, que aumenta a distância entre produtor e consumidor.

Por último, pergunta-se: será que a delegação do planejamento da produção ao pessoal qualificado da empresa reduziria a autonomia e a capacidade de iniciativa dos produtores? Outras formas alternativas de gestão emergem, assim, dessa empresa.

Uma associação horizontal de produtores orgânicos independentes

Essa terceira forma de organização, doravante denominada Appoi, é uma associação de 15 pequenos horticultores orgânicos. Na ausência de contrato de exclusividade, ocasionalmente a metade desses produtores entrega a produção para a Appoi. A Associação é presidida por um produtor que desempenhou papel importante no desenvolvimento do AO em Ibiúna. Anteriormente tesoureiro da Fundação Campo-Cidade e envolvido diretamente na instituição de certificação – a Associação de Agricultura Orgânica (AAO) –, o presidente dessa associação conserva também relação com as comunidades católicas da periferia de São Paulo. Outros circuitos de comercialização da Appoi correspondem também aos mesmos supermercados da empresa (empresa de poder estruturante) anteriormente descrita, bem como realizam entregas diretas a particulares.

Os princípios de funcionamento são a participação, o intercâmbio de experiências e de informações sobre os problemas diários, a flexibilidade, a adaptação e a definição de preços justos (ALTIERI; NICHOLLS, 2002) para o produtor e o consumidor. Todos os produtores da Appoi são certificados individualmente pela AAO, e a nova instalação de acondicionamento da associação localiza-se em Ibiúna, sendo certificada pela Empresa de Controle e Certificação Internacional (Ecocert). Nesse local, três empregados preparam entregas comerciais, emitem faturas para os produtores e efetuam pagamentos. A associação que sendo comercial visa também beneficiar o agricultor, é bastante ágil, pois busca informações permanentes sobre o mercado, cada vez mais competitivo. Um desafio importante para essa organização consiste em não sacrificar a justiça social em prol da agilidade comercial.

Integração a uma cooperativa que opera no Estado de São Paulo

Esta última forma de organização nasceu da ruptura de princípios e práticas, verificada na organização – anteriormente descrita como empresa –, ruptura esta que ocorreu pelo fato de seus partícipes discordarem quanto aos preços recebidos, que se encontravam em total defasagem com os preços auferidos pelos supermercados. Nessa organização, estão associados 12 produtores do Verava, os quais se integraram ao sistema da cooperativa no final de 2003. Trata-se de uma cooperativa regional, conhecida como Caisp, criada em 1995, que oferece, aos associados, serviços de acondicionamento da produção, notas e identificação dos produtos, transporte, circuitos comerciais, entre outros. Tal integração tem possibilitado aos agricultores explorar os supermercados das cidades médias do Estado de São Paulo, ou seja, oferece um novo segmento do mercado. A certificação é idêntica à da Appoi, e como a cooperativa não exige exclusividade dos produtores, eles podem também fazer a venda direta aos mercados feirantes.

IDENTIFICAÇÃO DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

Essas quatro formas de organização são descritas na Tabela 1.

Uma leitura horizontal da Tabela 1 confirma a coerência interna de cada forma de organização. Essa abordagem qualitativa pode ser aprofundada, dando continuidade à investigação dos segmentos de mercados. Mas, em oposição ao setor de exportação, que permite situar o Brasil entre os principais produtores mundiais de AO (ORMOND et al., 2001), os precários mercados locais ainda não foram suficientemente desenvolvidos para garantir o acesso da população financeiramente menos favorecida aos alimentos orgânicos. Ibiúna é sem dúvida um exemplo desse novo espaço de interface rural-urbano, que produz mais da metade da produção hortícola do País (TUBALDINI; COELHO, 2002).

Aqui, a AO foi considerada no sentido amplo, mas, do ponto de vista dos atores sociais, há diferentes interpretações, que podem ser estruturadas entre duas polaridades:

- a) Uma substituição de insumos e uma melhor oportunidade de valorizar a produção.
- b) Outra visão da agricultura e da relação com o ambiente (FEIDEN et al., 2002b).

Tabela 1. Descrição de quatro formas de organização em Ibiúna, SP.

Organização	Produtor	Produção	Certificação	Relação com o mercado	Valor/identidade
Appri	50 horticultores (somente dois em AO)	Autonomia alimentar e diversidade	Confiança e validação pelas comunidades	Solidariedade (preços justos) e venda direta	- Fraternidade - Cooperação - Diversidade
Empresa	60 agricultores orgânicos na Microbacia do bairro do Verava	Planificação e assistência técnica	Coletiva, pelo IBD (Botucatu)	Supermercado e qualidade visual	- Realidade econômica - Tecnologia
Appoi	15 agricultores orgânicos – papel central do presidente	Iniciativa individual do produtor	Individual (AAO) para os horticultores e para a associação	Agrilidade comercial, GMS e venda direta	- Troca - Respeito - Justiça
Caisp	12 agricultores orgânicos e 105 produtores não-orgânicos	Experiência adquirida e interação	Certificada pela Ecocert	Supermercados intermediários e logística	- Proximidade - Experiência coletiva

A AO não se resume a uma substituição de fatores químicos de produção, freqüentemente qualificados de agrotóxicos ou de veneno, pelos produtores orgânicos. A atividade orgânica convida a conhecer novas formas de explorar e monitorar o solo, que podem resultar numa exploração racional dos recursos hídricos e numa efetiva aplicação das disposições legais. Essas questões ambientais são, portanto, constitutivas das diferentes formas de organização. Com efeito, a forma de organização–empresa tem raízes no movimento ambiental, e o Bairro do Verava tem um duplo status de microbacia de produção e de microbacia hidrográfica.

A Appri compartilha com as demais formas de organização a preocupação com a proteção dos recursos naturais, mas, para os produtores familiares com microestruturas fundiárias, a instalação de cercas vivas e de áreas de proteção ambiental compromete a área de produção, posição que pode ser mal recebida pelos consumidores.

Seria necessário analisar as práticas dos produtores e avaliá-las quanto à forma peculiar de organização, por exemplo, por meio de indicadores (DAROLT, 2001; TUBALDINI; COELHO, 2002; CITTADINI et al., 2004) que integrassem os custos energéticos do transporte. Uma análise mais aprofundada das entrevistas e das trajetórias de conversão permitirá testar essas pistas. Em particular, constatou-se, na dinâmica do desenvolvimento da AO, em Ibiúna, que certos produtores passam de uma forma de organização para outra. Ainda que essas formas de organização não sejam particularmente inovadoras, a diferenciação e o inter cruzamento sugerem uma reflexão mais detalhada sobre a gestão do desenvolvimento da AO.

CONCLUSÃO

Essa pesquisa exploratória permitiu identificar com precisão os desafios da AO em áreas de cinturão verde dos grandes centros urbanos. As filiações e as articulações entre formas de organização contribuem para fortalecer a dinâmica da AO. Os produtores horticultores familiares orientam-se pelas próprias necessidades e pelas dos consumidores para conquistar o mercado doméstico (nacional, grandes metrópoles) e para proteger o ambiente. Assim, ampliaram, com a assistência técnica e com os organismos de certificação, as relações com outros produtores, com o mercado e com consumidores urbanos.

Essas iniciativas contribuem para a melhoria da posição econômica dos agricultores, para a requalificação da produção e para a agregação de valor (sociocultural) ao território de Ibiúna. A AO não se reduz nem ao conjunto de métodos de produção ou de produtos, nem ao simples alinhamento às normas do Estado ou às internacionais que visam ao mercado de exportação. A AO integra dimensões sociais, culturais e ambientais, cuja expressão é local. Convém estudar como essas formas de organização em construção poderiam reduzir as desigualdades sociais e redefinir identidades econômicas e culturais. Sua identificação em outros estados do Brasil (DAROLT, 2001; KARAM, 2001; TUBALDINI; COELHO, 2002; FEIDEN et al., 2002a) legitima igualmente a construção de uma rede ampliada de experiências em Agroecologia.

REFERÊNCIAS

ABREU, L. S.; BELLON, S. Minifúndios and metrópolis: territorial management of organic farming in Ibiúna (Sao Paulo, Brazil). In: EUROPEAN SYMPOSIUM ON FARMING AND RURAL SYSTEMS RESEARCH AND EXTENSION, 6., 2004, Vilareal, Portugal. **Proceedings...** Vilareal, Portugal: International Farming Systems Association, 2004. p. 903-906.

AHRENS, S. A prática da fruticultura, o código florestal e o acesso aos mercados. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE FRUTICULTURA DE CLIMA TEMPERADO, 6., 2003, Fraiburg. **Anais...** Caçador: EPAGRI, 2003. p. 138-145.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. **Una perspectiva agroecológica para una agricultura ambientalmente sana y socialmente más justa en la América Latina del siglo XXI.** México: Instituto Nacional de Ecología, 2002. Capítulo 12. Disponível em: <http://www.rolac.unep.mx/johannesburgo/cdrom_alc/riomas10/unapers.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2004.

ASSIS, R. L. **Agroecologia no Brasil: análise do processo de difusão e perspectivas.** 2002. 150 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2002.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA ORGÂNICA. **Normas de produção orgânica AAO:** normas de produção vegetal, parte 5. 2004. Disponível em: <<http://www.aao.org.br/norma210904.pdf>>. Acesso em: 1 mar 2004.

BRASIL. Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 2003. Seção 1.

S. Bellon e L. S. de Abreu

CAMPANHOLAC.; SILVA, J.; GRAZIANO da (Ed.). **O novo rural brasileiro**: políticas públicas. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000. 176 p.

CARNEIRO, M. J. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 55-75, 1997.

CITTADINI, R. et al. **Análisis de la sustentabilidad técnico-ambiental y económica-social de la horticultura orgánica urbana**. Buenos Aires, Argentina: FCA: UNMDP: INTA Balcarce, 2004. 18 p.

DAROLT, M. **As dimensões da sustentabilidade**: um estudo da agricultura orgânica na região Metropolitana de Curitiba, Paraná. 2001. 310 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba; Université de Paris VII, Paris, 2001.

FEIDEN, A.; FONSECA, M. F.; ASSIS, R. L. **Rede Agroecologia Rio** - análise crítica de uma ação integrada entre instituições públicas e privadas. In: ENCONTRO ANPPAS, 1., 2002, Indaiatuba - SP. [**Anais eletrônicos**]... São Paulo: Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2002a. 9 p. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/gt/agricultura_meio_ambiente/Alberto%20Feiden.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2004.

FEIDEN, A.; ALMEIDA, D. L. de; VITOI, V.; ASSIS, R. L. de. Processo de conversão de sistemas de produção convencionais para sistemas de produção orgânicos. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 19, n. 2, p. 179-204, 2002b.

FONSECA, M. F. Standards, certification and accreditation processes for organic products in Brazil: history, problems and solutions found. In: IFOAM ORGANIC WORLD CONGRESS, 14., 2002, Victória, Canadian. **Proceedings**... Ottawa: Canadian Organic Growers, 2002. p. 219.

GAUTRONNEAU, Y. et al. Une nouvelle approche de l'agriculture biologique. **Economie Rurale**, Paris, n. 142, p. 39, 1981.

IFOAM basic standards (final revision draft). Section 4.6.2. relative aux contaminations. 2004 Disponível em: <<http://www.ifoam.org/>>. Acesso em: 19 set. 2004.

KARAM, K. F. **Agricultura orgânica**: estratégia para uma nova ruralidade. 2001. 232 f. Tese (Doutorado)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

Formas sociais de desenvolvimento da horticultura orgânica familiar em áreas de cinturão verde...

LAVILLE, J. L.; LEVESQUE, B. Penser ensemble l'économie et la société: la sociologie économique. **Esprit**, Paris, n. 6, p. 207-222, 2000.

LE BAIL, M. A design for a local crop supply system as a quality management territory. In: ESA CONGRESS, 8., 2004, Copenhagen, Denmark. **Book of Proceedings...** Copenhagen, Denmark: European Society for Agronomy, 2004. p. 527-528.

OLIVEIRA, D. de; SANTOS, L. C. R. dos. **Caderno de formação**: certificação participativa de produtos ecológicos. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004. 48 p.

ORMOND, J. et al. **Agricultura orgânica**: quando o passado é futuro. 2001. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 5 fev. 2001.

PALLET, D.; BRABET, C.; SILVA FILHO, O.; MACHADO da. **Panorama des qualifications et certifications des produits agricoles et d'élevage au Brésil**. São Paulo: Cirad-CenDoTec, 2002. 33 p.

PERVANÇON, F.; BLOUET, A. Lexique des qualificatifs de l'agriculture. **Le Courrier de L'Environnement de L'Inra**, Paris, n. 45, p. 117-137, fev. 2002.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. **Plano de microbacia hidrográfica**. Campinas, SP: CATI, 2001. 42 p.

SEPPÄNEN, L.; HELENIUS, J. Do inspection practices in organic agriculture serve organic values? A case study from Finland. **Agriculture and Human Values**, Dordrecht, n. 21, p. 1-13, 2004.

SOUZA, M. C. M. de. Certificação de produtos orgânicos. In: ISHIMURA, I. (Org.). **Manual de agricultura orgânica**. Piracicaba : [s. n.], 2003. p. 181-192.

TUBALDINI, M. A.; COELHO, P. E. Formação de pólo de horticultura orgânica: a influência do trabalho familiar e assalariado e o meio ambiente. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto, MG. **Anais eletrônicos...** Ouro Preto, MG : Unicamp, 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_PO40_Tubaldini_texto.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2006.

S. Bellon e L. S. de Abreu

UENO, H. L. **Deslocamento do cinturão verde de São Paulo no período de 1973 a 1980**. 1985. 193 f. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 1985.

VARGAS, C. **Perfil do Brasil orgânico**. Palestra realizada no Biofach Amériqne Latine. 2004 Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/bfal2004-SEBRAE.htm>>. Acesso em: 9 jul. 2004.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1991. v. 1.